

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

PARECER Nº 015/15

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº 030/15

Autor: **Sr. Prefeito Municipal EDINEY TAVEIRA QUEIRÓZ**

"Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para receber em doação, de Alfredo Ângelo Soncini Filho e Cybele Bacchi Varrone Soncini, um imóvel urbano localizado no Distrito de Sapezal, neste Município."

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu seus membros nesta data para conhecer dos argumentos do Vereador Relator com relação ao Projeto de Lei em epígrafe.

Acatando o posicionamento do Relator e não havendo óbice no âmbito da sua competência, a CCJR faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à continuidade do trâmite do Projeto de Lei nº 030/15, reservando ao Plenário a decisão final.

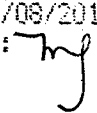
Palácio Legislativo Água Grande, 14 de agosto de 2015.

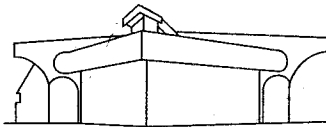

PAULO ROBERTO PEREIRA
Presidente da Comissão


ANTONIO TAKASHI SASADA
Vice-Presidente e Relator


ONÓRIO FRANCISCO ANHESIM
Secretário

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo Data/Hora
20.350 14/08/2015 10:01:22
Responsável: 



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

RELATÓRIO

Ao Projeto de Lei nº **030/15**

Autor: **Sr. Prefeito Municipal EDINEY TAVEIRA QUEIRÓZ**

“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para receber em doação, de Alfredo Ângelo Soncini Filho e Cybele Bacchi Varrone Soncini, um imóvel urbano localizado no Distrito de Sapezal, neste Município.”

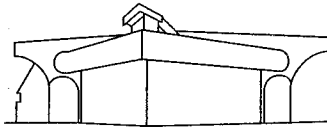
O Projeto de Lei encaminhado a este relator visa obter autorização do Poder Legislativo para receber, em doação, um imóvel urbano localizado no Distrito de Sapezal, de Alfredo Ângelo Soncini Filho e Cybele Bacchi Varrone Soncini.

O referido imóvel, cadastrado como lote 02, quadra 08, setor 17, 6ª zona, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 134, Distrito de Sapezal, conta com uma casa de tijolos com 10 (dez) cômodos, em estado regular de conservação e seu respectivo terreno com área total de 810,62 m² (oitocentos e dez metros quadrados e sessenta e dois centímetros quadrados).

Os doadores condicionaram a doação em alguns aspectos, incumbindo ao Município os seguintes encargos:

- I - recuperar o imóvel mantendo-o em boas condições de uso;*
- II - preservar e manter as características originais da construção e seu entorno, cujo terreno é amplo e arborizado com árvores frutíferas;*
- III - cuidar da preservação histórica do imóvel mediante tombamento;*
- IV - implantar no imóvel cursos de informática;*
- V - montar no imóvel um Museu para registro da história das famílias de Sapezal;*
- VI - implantar no imóvel doado sala para instalação de Cartório ou outras atividades pertinentes.*
- VII - iniciar as obras de recuperação do imóvel no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do instrumento de doação.*

De acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa, o projeto se enquadra nos termos do art. 157 da Lei Orgânica do Município, que assim dispõe:



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

“Art. 157 A aquisição de bens pelo município, observados o que estabelecem esta lei e leis específicas, poderá ser feita por qualquer um dos modos admitidos pelo ordenamento jurídico, entre eles a compra e venda, a **doação**, a permuta, a dação em pagamento, regidas por normas de direito privado, mediante autorização legislativa, desde que haja relevante interesse público.

Art. 158 A aquisição de bens imóveis, na forma prevista no art. 157, dependerá do interesse público devidamente justificado, autorização legislativa e concorrência,...

Parágrafo único : A concorrência poderá ser dispensada na doação

Ainda, em concordância com o parecer jurídico, a presente propositura se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do inciso III, § 3º, do art. 55 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I, do art. 201 do Regimento Interno da Casa e inciso I, do art. 30 da Constituição Federal.

Assim, após todo exposto, não encontrei óbice, de cunho constitucional ou legal, que possa impedir a tramitação do projeto.

VOTO DO RELATOR

Dessa forma, analisados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL**, de forma a dar continuidade ao trâmite regimental do Projeto, recomendando a esta Comissão o mesmo procedimento.

Palácio Legislativo Água Grande, 13 de agosto de 2015.

Antonio Takashi Sasada
ANTÔNIO TAKASHI SASADA
Relator - CCJR